

SENSACIONALISMO, CRÍTICA POLÍTICA E ASSASSINATO DE REPUTAÇÃO: A IMPRENSA PORTUGUESA PERANTE O GOVERNO DE JOÃO FRANCO E A MONARQUIA DE D. CARLOS I (1906-1908)

 José Miguel Sardica^{1,2}

RESUMO

O objetivo deste texto é o de recontar e analisar a conjuntura particularmente dramática da relação entre o poder e a imprensa no tempo do governo do conselheiro regenerador-liberal João Franco (1906-1908), uma aposta pessoal do rei D. Carlos I no quadro da política portuguesa do início do século XX. A lógica partidária desse executivo, a sua pretendida obra reformista, a forma como rompeu com a elite monárquica tradicional e

¹ Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, Portugal.

² José Miguel Sardica é historiador e professor catedrático da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa. As suas áreas de investigação e ensino são a história portuguesa e internacional contemporânea, nos campos político, institucional, social e cultural, sendo autor de uma centena e meia de livros, capítulos e artigos académicos, e tendo apresentado mais de uma centena de conferências ou comunicações em eventos científicos nacionais e também em Espanha, França, Itália, Bélgica, Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos. É investigador do Centro de Estudos de Comunicação e Cultura da Faculdade de Ciências Humanas, docente do Instituto de Estudos Políticos, além de colunista da Rádio Renascença, com presença regular em programas de rádio e televisão, em comentário histórico ou de atualidade política. Foi Diretor da Faculdade de Ciências Humanas da UCP entre 2012 e 2016 e é, atualmente, Diretor do Programa Interuniversitário de Doutoramento em História, membro da Direção da Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa, membro do Conselho Literário do Grémio Literário e académico correspondente da Academia Portuguesa da História. E-mail: jsardica@ucp.pt.



como afrontou a oposição dos republicanos levaram a imprensa de vários quadrantes ao paroxismo da linguagem acusatória contra o rei e o seu conselheiro. Perante uma opinião pública muito mais fragmentada do que em tempos anteriores, porque mais republicanizada, o rei D. Carlos I e os líderes partidários dos seus governos foram sujeitos a um inusitado escrutínio público, onde a linguagem e a imagem (títulos e textos jornalísticos, caricaturas e fotografias) atuaram para criar uma atmosfera acusatória emocional, de sensacionalismo, crítica política e assassinato de reputação, influenciando nos acontecimentos e na visão percecionada do monarca e dos governantes, e obrigando estes ao dilema de procurarem captar a simpatia pública, em busca da popularidade, ou a defesa reputacional, em nome da autoridade.

PALAVRAS-CHAVE

Portugal – D. Carlos I – João Franco – imprensa – opinião pública – sensacionalismo.



SENSATIONALISM, POLITICAL CRITICISM AND CHARACTER ASSASSINATION: THE PORTUGUESE PRESS BEFORE THE GOVERNMENT OF JOÃO FRANCO AND THE MONARCHY OF D. CARLOS I (1906-1908)

ABSTRACT

The purpose of this text is to recount and analyze the particularly dramatic situation of the relationship between power and the press during the government of the regenerator-liberal prime-minister João Franco (1906-1908), a personal bet of king D. Carlos I within the framework of Portuguese politics at the beginning of the 20th century. The partisan logic of this executive, its intended reformist work, the way it broke with the traditional monarchical elite and how it confronted the republican opposition led the press from various quarters to a paroxysm of accusatory language against the king and his advisor.

Faced with a much more fragmented public opinion than in previous times, because it was more republicanized, D. Carlos I and the party leaders of his governments were subject to unusual public scrutiny, where language and image (titles and journalistic texts, caricatures and photographs) acted to create an emotional accusatory atmosphere, of sensationalism, political criticism and character assassination, influencing events and the perceived vision of the monarch and rulers, and forcing them into the dilemma of seeking to capture public sympathy, in search of popularity, or reputational defense, in the name of authority.

KEYWORDS

Portugal – King D. Carlos I – João Franco – press – public opinion – sensationalism.

Recebido em: 21/12/24 - Aprovado em: 21/03/2025

Editora responsável

Adriana P. Campos



1. Introdução: a imprensa e o jornalismo portugueses na viragem do século XIX para o século XX.

O final do século XIX e o início do século XX constituíram, em Portugal, um tempo de instabilidade e de agitação, reveladoras do impasse e crise de velhas estruturas políticas, institucionais, económicas e sociais, vivido num ambiente de pessimismo e de decadentismo, que muito contribuiu para a erosão da velha legitimidade monárquica. Por todo o país, mas sobretudo no microcosmo sociopolítico de Lisboa, generalizou-se um clima de contestação e de busca de renovação que colocava em xeque não apenas a ordem pública imediata, mas também as velhas convenções constitucionais e certezas culturais que até aí tinham servido de base ao sistema político liberal³. Foi como se, no espaço de alguns anos, a nação se tivesse consciencializado dos limites do desenvolvimento económico e do modelo político vigente e exigisse doravante, no contexto de um ativismo cívico mais alargado, aprofundar e completar o primeiro liberalismo, num sentido de democratização e de massificação, que extravasava já os quadros normais de enquadramento e participação cívicas tradicionalmente ao dispor de (alguns) portugueses⁴.

Esta consciência foi causa e consequência das muitas transformações socioeconómicas e políticas ocorridas nas últimas décadas de oitocentos. É verdade que Portugal não deixou de ser pobre, rural e analfabeto – mas o facto é que mudou então muito, num salto modernizador comparável apenas àquele outro registado mais tarde, nas décadas de 1960 e 1970. Apesar dos seus limites, o desenvolvimento das décadas precedentes alfabetizara mais gente, rompera isolamentos ancestrais, engendrara algum êxodo rural e cidades maiores, onde novos estratos de classe média e nascentes bairros populares-operários animaram a sociedade civil e fizeram emergir uma *masspolitik* mais radical e ruidosa⁵, cuja

³ Ver Sardica, 2011, p. 39-76.

⁴ Ramos, 2004, p. 127 e ss., e Sardica, 2013a, p. 185-186.

⁵ Pinto e Almeida, 2000, p. 8-10, e Bonifácio, 2010, p. 81-82 e 113-114.



dinâmica seria avidamente explorada pelos *opinion makers* da “vida nova” e pelas estruturas e instrumentos de propaganda do republicanismo ou do anarco-sindicalismo, como já antes o fora pelas vozes radicais do Partido Progressista, na ala esquerda da monarquia.

Neste país despertado para a contestação social, arregimentável para o radicalismo político e recetivo aos slogans de renovação cultural que se popularizavam como antídotos para o decadentismo pátrio, novos núcleos organizadores da opinião foram alargando o seu poder e influência. Ao lado do Paço Real, do parlamento e dos centros eleitorais dos velhos partidos monárquicos de notáveis, os veículos de comunicação de massas passaram a ser os *meetings*, os comícios, as conferências, as comemorações e, especialmente, os jornais, ao estilo fim de século – isto é, baratos, generalistas, redigidos em linguagem simples, misturando, em registo cada vez mais sensacionalista e de contrapoder, o slogan político-ideológico com os temas sociais e de quotidiano mais atuais. Superando os simples literatos românticos ou noticiaristas de folhetim, os jornalistas reinventaram-se então como intelectuais ativos, na vanguarda da mutação da vida pública, que se atingiria não pelo culto das letras para as elites, mas através de uma militância ética e política forte, conquistando e doutrinando os espíritos no caminho da consciencialização coletiva e da revolução⁶. Através da intenção e do *modus operandi* desta “geração nova”, o final do século XIX foi o período em que a opinião pública ascendeu à maioria em Portugal, reforçando a sua moderna função de referencial básico da luta política e da agenda quotidiana⁷.

A aceitar-se a interligação entre a “democracia moderna” e o “magistério da imprensa”⁸, não há dúvida de que o tempo que mediou entre o início da “fase industrial” do jornalismo (com a fundação, em Lisboa, do *Diário de Notícias* em 1865), e a vitória republicana, em 1910,

⁶ Ramos, 2004, p. 114.

⁷ Como sintetizam António Costa Pinto e Pedro Tavares de Almeida, referindo-se ao Portugal de finais de oitocentos, “*in such a pluralistic context, a free press naturally flourished and played a decisive role in building a civic consciousness within the literate urban strata*” (Pinto e Almeida, 2000, p. 6).

⁸ Vargues, 2003, p. 157.

constituiu uma das épocas mais marcantes e decisivas da modernização dos jornais em Portugal, quer em termos quantitativos (mais títulos), quer em termos qualitativos (novos e melhores jornais), assinalando o apogeu, até ao presente, da influência da imprensa na vida social e nos centros do poder político. Alguns números podem ser referidos para contextualização. Em 1880, calcula-se que existissem em todo o país uns 200 jornais⁹; nos meados da década de 1890 seriam já quase 400, e no início do século XX 592¹⁰, o que significaria um surpreendente rácio de um jornal para cada 9.160 habitantes¹¹ (bem superior a Inglaterra ou a França, onde a relação seria de 1/23.000¹²). Lisboa e o Porto, com um pouco mais de meio milhão de habitantes somados em 1900, detinham cerca de 42% de toda a imprensa e a esmagadora maioria dos jornais diários fazedores de opinião¹³. No caso de Lisboa, a capital do país, a venda de diários subira de cerca de 50 mil exemplares/dia no final da década de 1860 para cerca de 300 mil nos últimos anos da monarquia¹⁴ – ou seja, um jornal por cada 1,2 lisboetas, um rácio ainda hoje não ultrapassado.

O jornalismo da transição do século XIX para o século XX assumia-se já como uma indústria informativa e cultural, um verdadeiro “quinto poder” (na definição dada pelo político José Dias Ferreira em 1885), que acelerava o debate de ideias e a movimentação social num país atravessado por tensões e desafios novos. Desde a Geração de 70 até ao advento da República, em 1910, fazer política e, no seu topo, conduzir o Estado e a nação era cada vez mais difícil e incerto. A rotina e os mecanismos sobre os quais repousava o constitucionalismo liberal – vigente no país desde

⁹ Tengarrinha, 1989, p. 231, e Ramos, 2001, p. 52.

¹⁰ Aranha, 1900, p. 45-47.

¹¹ O número foi obtido dividindo os 592 títulos recenseados por Brito Aranha pelos 5.423.132 habitantes de Portugal segundo o censo desse mesmo ano de 1900 (ver Vieira, 1999, p. 214).

¹² Aranha, 1900, p. 47-48.

¹³ Ramos, 2001, p. 53. Os números da estatística de Brito Aranha são ligeiramente superiores: dos 592 títulos de imprensa de 1900, 279 (47%), eram lisboetas ou portuenses. A capital tinha 188 periódicos e o Porto 91 (Aranha, 1900, p. 45).

¹⁴ Tengarrinha, 1989, p. 227, Vieira, 1999, p. 184, e Ramos, 2001, p. 55.

a primeira metade de oitocentos – começaram a revelar-se desajustados para responder às reivindicações de democratização e massificação da política requeridas por vários setores da opinião. Governar tornou-se, portanto, ter de enfrentar contestação aberta, ruído nas ruas e nos jornais, oposição dentro do sistema e cada vez mais fora dele, à medida que o Partido Republicano Português (PRP), solidificado nas décadas de 1870 e de 1880, se lançou à conquista das ruas, com uma propaganda demolidora da monarquia, destinada a republicanizar a opinião em seu proveito. E porque a imprensa periódica ganhou então um papel de enorme relevo na formação e liderança da esfera pública e do espaço público, o(s) poder(es) e os políticos passaram a estar condicionados e obrigados a uma exposição e visibilidade novas, iniciando-se assim, também em Portugal, uma tendência para a mediatização das figuras do Estado e da alta política que é ainda hoje característica das sociedades ocidentais.

Perante uma opinião pública muito mais fragmentada do que em tempos anteriores, porque mais republicanizada, tanto o rei D. Carlos I como os líderes partidários dos seus governos foram sujeitos a um crescente e inusitado escrutínio, onde a linguagem e a imagem (títulos e textos jornalísticos, caricaturas e fotografias) atuaram para criar uma atmosfera acusatória emocional, de sensacionalismo, crítica política e assassinato de reputação – tanto pelo humor satírico quanto pela crítica mais desabrida e insultuosa – influenciando nos acontecimentos e na visão percecionada do monarca e dos governantes, e obrigando estes ao dilema de procurarem a simpatia pública, em busca da popularidade, ou a defesa reputacional, em nome da autoridade. D. Carlos desde cedo percebeu que ser rei, na época em que ele o foi (1889-1908), com as responsabilidades que a cultura política do liberalismo e a letra da Carta Constitucional lhe exigiam, e perante os múltiplos desafios que o país vivia, não seria fácil, e que ele seria uma das figuras mais dissecadas e atacadas do tempo. E o mesmo estaria reservado aos seus mais polémicos e divisivos políticos – porque se o monarca, na teoria, reinava, mas não governava, os governos do rei eram a face mais visível de um sistema com que largos setores da opinião pública já não se identificavam e, bem ao contrário, pretendiam derrubar em nome de um futuro chamado República.

Partindo deste contexto comunicacional e político geral, o objetivo deste texto é o de recontar e analisar uma conjuntura particularmente dramática na relação entre o poder e a imprensa no Portugal do tempo – a do governo do conselheiro regenerador-liberal João Franco (1906-1908), uma aposta pessoal do rei D. Carlos I, que fez de ambos, num país já em ambiente pré-revolucionário, alvos a abater na generalidade da imprensa¹⁵. A lógica partidária desse executivo, a sua pretendida obra reformista, a forma como rompeu com a elite monárquica tradicional e como afrontou a determinação oposicionista dos republicanos, levaram a imprensa de vários quadrantes ao paroxismo da linguagem acusatória (caricaturas e texto) contra João Franco e contra D. Carlos I. Foram quase dois anos de sistemática exploração negativa das personalidades e de denúncia crítica dos comportamentos do rei e do seu áulico, num crescendo de comoção sensacionalista que serviu de alibi moral coletivo para o crime com que tudo terminou: o assassinato de D. Carlos I, em fevereiro de 1908 e, com ele, a proscrição pública de João Franco, abrindo a porta, a curto prazo, à queda da própria monarquia portuguesa, derrubada pela revolução republicana de outubro de 1910. No cumprimento deste itinerário, vamos ver, primeiro, como João Franco e D. Carlos I ingressaram no espaço público português e como as suas imagens começaram por ser moldadas pela imprensa que por eles se interessou; depois, o foco do texto centrar-se-á no biénio em que ambos se tornaram o principal alvo da mordacidade jornalística mais ou menos republicanizada.

¹⁵ Para uma história geral do governo de João Franco e das tensões nele vividas entre o presidente do executivo e a imprensa e opinião pública, ver Ramos, 2001, p. 234-259, e Sardica, 2013b, p. 301-327. Uma súpula ilustrada das dezenas de caricaturas e de peças do mais insultuoso jornalismo escrito que, durante anos, atacaram a sua obra política e aspetos da sua vida, com o intuito de o denunciar, amesquinhar e liquidar, pode ser vista nos estudos de Teixeira, 2002, ou de Freitas, 2002. Para uma panorâmica geral das imagens sobre D. Carlos I, desde a caricatura e da escrita jornalística mais mordaz e insultuosa até às melhores reportagens fotográficas da monarquia, da Corte e da atividade política, diplomática, artística e científica do rei, ver Ramalho, 2001, Nobre, 2002, ou Dias, 2007. Para a história da caricatura em Portugal, ver Rodrigues, 1979 e, sobretudo, Sousa, 1998.

2. João Franco: *rotativismo, dissidência, reformismo e ditadura.*

Na história contemporânea portuguesa, poucas figuras agregaram em torno de si tantas devoções e ódios como João Franco, o último chefe de governo do malogrado rei D. Carlos I. Nascido em fevereiro de 1855, no Alcaide, uma remota e rural aldeia do interior serrano português, João Ferreira Franco Pinto Castelo Branco era filho de um lavrador abastado e influente cacique, Frederico Franco, o que lhe permitiu escapar a uma vida confinada aos horizontes locais. Concluiu a formatura jurídica na Universidade de Coimbra, em 1875, e durante uma década fez carreira na magistratura judicial e, aportado a Lisboa, nos serviços jurídicos de diversos departamentos estatais. Ambientado na capital, Franco integrou-se depressa na ala dos jovens fontistas da década de 1880, que progrediram em visibilidade política com o apadrinhamento de António Maria Fontes Pereira de Melo, o grande líder do Partido Regenerador. Filiado nessa formação política, estreou-se no parlamento em 1884, eleito deputado pelo círculo de Guimarães. Após a morte de Fontes, em 1887, Franco relacionou-se com vários dos seus sucessores, ao mesmo tempo que uma sólida e lucrativa amizade com Carlos Lobo d'Ávila, o filho do influente conde de Valbom, abriu-lhe as portas do Paço Real e colocou-o na restrita roda do novo rei D. Carlos I – que, em 1889, sucedeu ao pai, D. Luís I. Em 1887, deu também o salto social que o tornou, em definitivo, ministeriável e colunável em Lisboa, ao casar com Maria Lívia Ferrari Schindler, a milionária filha de uma família de negociantes estrangeiros estabelecida em Lisboa.

Sob o patrocínio político de um dos maiores do Partido Regenerador – Lopo Vaz – Franco estreou-se como ministro, na pasta da Fazenda, em 1890, dali transitando para as Obras Públicas, entre 1891 e 1892. Em 1893, foi o escolhido por Hintze Ribeiro, o novo líder partidário pós-fontista, para a importantíssima pasta de ministro do Reino, ou seja, para n.º 2 do governo, com controlo sobre toda a máquina eleitoral e sobre todo o poder local. Durante os quatro anos que ocupou o lugar, até 1897, não cessou de ofuscar o chefe: quase tudo o que a história recorda desse gabinete regenerador (sintomaticamente chamado de “Hintze-Franco”)

foi obra sua – e num sentido de defesa da autoridade, centralização do poder e afrontamento com as vozes oposicionistas mais cortantes. O estilo de atuação franquista e os primeiros vislumbres da sua rivalidade, ambiciosa, com Hintze Ribeiro suscitaram-lhe uma primeira arremetida de editoriais e caricaturas – de Celso Hermínio, n’O *Micróbio*, em 1894, ou de Joaquim Maria Pinto, no *Charivari*, em 1895 – denunciadores da sua ação política e da sua propalada personalidade avara, mandona, cortante, impositiva, se não mesmo “tirânica”¹⁶.

Quando o executivo regenerador caiu, em 1897, Franco passou à oposição, afirmando-se desiludido e decepcionado e jurando a quem o queria ouvir que se iria retirar da política, para se entregar à família. Manteve-se nesse exílio interno autoimposto até 1900, altura em que Hintze Ribeiro foi de novo chamado por D. Carlos I para assumir a chefia do governo. Franco recusou então ser ministro, para não repetir a subalternidade em relação a Hintze, que já colidia com o seu mal contido anseio de chefia e, durante um ano, aceitou ser apenas líder da bancada regeneradora. A rutura entre ele e Hintze, há muito anunciada – e tratada na imprensa como um caso de arrivismo, deslealdade e traição – deu-se em maio de 1901, quando João Franco abandonou o Partido Regenerador, levando consigo parte da maioria governamental. Comentando o caso, o *Suplemento Humorístico* de *O Século* fez primeira página com um título garrafal - "Deu-lhe a mosca" - e um desenho de um burro (Franco) que escolheava as albardas representando o Partido Regenerador e os políticos, deputados e pares do *establishment* tradicional¹⁷.

¹⁶ Sardica, 2013b, p. 292-296. Ver Rodrigues, 1979, p. 50 e 53.

¹⁷ *O Século. Suplemento Humorístico*, 23.5.1901.



Figura 1: *O Século*. Suplemento Humorístico, 23.5.1901

A vingança de Hintze Ribeiro veio na forma de uma lei eleitoral, cujo intento era esmagar a nova ameaça e cujo efeito, nas eleições antecipadas de agosto desse ano, foi o de efetivamente excluir Franco e os franquistas do parlamento. Nos dois anos seguintes, regressou à obscuridade para melhor ensaiar a desforra. Em maio de 1903, inaugurou o seu novo Partido (ou Centro) Regenerador-Liberal, com uma dinâmica de *masspolitik* e de ação de rua que alarmou tanto o desgastado sistema

monárquico como a novel oposição republicana¹⁸, e com um discurso em que renegava o passado, pedindo que esquecessem os seus atos governativos e visando captar todos os descontentes e marginalizados pela mecânica exclusivista do rotativismo (um “ludíbrico” – a palavra é dele – que só servia a dupla habitual constituída por Hintze Ribeiro, o líder dos regeneradores de centro-direita, e José Luciano de Castro, o líder dos progressistas de centro-esquerda¹⁹).

O resto da história é o que melhor se conhece da vida de João Franco. Na primavera de 1906, depois da queda de um governo progressista, fracionado por dissidências internas, e de um curto gabinete regenerador, que deixou tumultuar a ordem pública, D. Carlos I estendeu finalmente a mão a João Franco, sentindo que, perante a falência do rotativismo, só ele poderia salvar a monarquia. O governo franquista empossado a 19 de maio de 1906 durou cerca de 21 meses – de maio de 1906 a maio de 1907 com uma face de reformismo liberal a que os Progressistas davam apoio parlamentar, e de maio de 1907 a fevereiro de 1908 com uma face de reformismo em ditadura administrativa (ou seja, tendo obtido do rei a dissolução parlamentar). Pessoalmente responsabilizado pelo regicídio, ocorrido a 1 de fevereiro de 1908, visceralmente odiado pelos republicanos e apressadamente declarado dispensável pelos monárquicos, a carreira política de Franco acabou com as balas que mataram D. Carlos I²⁰.

Nas eleições de abril de 1908, o franquismo desapareceu da cena política portuguesa; o mesmo fez o seu mentor, exilado em Itália, em 1908-1909, e depois em Biarritz, entre 1909 e 1912. Quando regressou,

¹⁸ Em três anos, entre 1903 e 1906, o franquismo abriu cerca de 40 centros (“eleitorais”, “populares” ou mesmo “operários”), 9 deles em Lisboa; juntos, totalizavam uns 10 mil sócios; e o maior jornal franquista, o *Diário Ilustrado*, chegou a atingir vendas de 15 mil exemplares diários (Ramos, 2006, p. 240, e 2001, p. 118).

¹⁹ Sardica, 2013b, p. 300.

²⁰ No jornal humorístico *Os Ridículos*, o ostracismo a que Franco foi votado logo após o regicídio aparecia sob a forma de um desenho, intitulado «S. Ex.^ª a Ditadura retira-se», no qual um moço de fretes de estação ferroviária carregava para uma carruagem várias malas, representando as medidas mais polémicas tomadas pelo ditador, despedindo-se de “madame Franco” com um simples “Adeusinho ó menina!” (5.2.1908).

não mais quis saber de política. Nunca falou contra a República, e jamais aceitou ouvir os monárquicos que o tentaram seduzir com uma improvável restauração. Morreu em Lisboa, a 5 de abril de 1929, com 74 anos.

3. D. Carlos I: ser rei no tempo da masspolitik e da imprensa sensacionalista.

Entre as décadas de 1860 e de 1880, quando o renascimento do radicalismo político, a renovação cultural da *intelligentsia* e a redobrada influência dos jornais começaram a obrigar o poder a mediatizar-se perante a opinião pública, o ambiente em que nasceu e se formou o futuro rei era ainda bastante opaco. A Corte portuguesa não era, nem nunca fora, faustosa e rica, não dispunha de um alargado suporte aristocrático (como a rainha Vitória, em Inglaterra, ou Afonso XIII de Borbón, em Espanha), e não tinha a panache militarista do *Kaiser* Guilherme da Alemanha, estando, portanto, desprovida de meios financeiros, sociais ou simbólicos que a impusessem à atenção e à simpatia do público²¹.

Desde os anos 1870, sobretudo nos últimos tempos do reinado de D. Luís I – malgrado o hábito de se mostrar burguesmente com a rainha e os filhos – a discrição da Família Real era causa, e consequência, do seu distante relacionamento com a nova imprensa. De resto, por essa altura, ia já em crescendo, na generalidade dos jornais, “um propósito firme de ataque ao Paço”, uma “arremetida geral de baixa prosa”, da esquerda à direita, dos extremos radicais aos extremos do remanescente conservadorismo miguelista²². O primogénito D. Carlos, nascido em setembro de 1863, e o irmão, D. Afonso, nascido em julho de 1865, eram “as louras crianças”²³ de uma Corte que não gozava de especial reverência na opinião pública. Na caricatura, pela pena mordaz de Rafael Bordalo Pinheiro, o príncipe herdeiro aparecia, ao lado de Fontes Pereira de Melo, precocemente

²¹ Ramos, 2006, p. 111-120.

²² Martins, 1926, p. 47-48.

²³ Cayolla, 1929, p. 9.

vestido com uma farda acima do seu tamanho ou, nas famosas estampas do *Álbum das Glórias*, burguesemente janota e folgazão, sob o título-legenda “Dandismo representativo – Edição Príncipes”²⁴.



Figura 2: O *António Maria*, outubro de 1879

²⁴ O *António Maria*, outubro de 1879, e *Álbum das Glórias*, janeiro de 1885 (ver Martins, 1926, p. 78 e 108).



Figura 3: *Álbum das Glórias*, janeiro de 1885

Foi nestes anos e neste meio que D. Carlos I moldou a sua forma de ser. Nos termos de Fialho de Almeida, “a cordialidade risonhamente fidalga” nos contactos mais estreitos contrastava com o “aspeto bisonho, aborrecido e duro” por ele assumido em público²⁵. Apesar de se esforçar por aparecer, e de ter que aparecer muito, D. Carlos I nunca esteve à vontade entre grandes multidões. João Franco, que o conheceu bem, elaborou-lhe um expressivo retrato: “aos primeiros contactos com estranhos, e até em atos oficiais, D. Carlos I deixava por vezes uma impressão de fria reserva”; por isso “ficou sempre, na sua estrutura íntima, um desconheci-

²⁵ Almeida, 1924, p. 91.

do para o seu país²⁶, ao contrário dos mais simpáticos e dados Eduardo VII de Inglaterra ou Afonso XIII de Espanha.

Isto não significa, de modo algum, que fosse um eremita, incapaz de qualquer vida social. A relativa distância a que mantinha os políticos e a nação não o impediram, desde a sua juventude, de ler os debates da imprensa, formar juízos e opiniões, intervir, mostrar-se atento e útil, cultivando até amizades no mundo da intelectualidade e do jornalismo²⁷. Na década de 1880 escrevia a Oliveira Martins, era conhecido de Ramalho Ortigão e caricaturado por Rafael Bordalo Pinheiro²⁸. No outono de 1887, já casado com D. Amélia e meses depois de ter sido pai de D. Luís Filipe, D. Carlos realizou uma viagem ao Porto e ao Norte, na companhia da rainha, para “julgar de perto o que os povos pensavam”²⁹. De futuro, todas as viagens em Portugal assumiriam sempre este objectivo mais ou menos explícito – o de tomar o pulso à opinião pública. Quando, nos finais de 1889, com 26 anos, ascendeu à realeza, D. Carlos era já conhecido do público e, mais importante do que isso, alvo das mais díspares especulações intelectuais e jornalísticas sobre que estilo e monarquia seriam os dele.

Oliveira Martins era o que mais se distinguia na expressão pública das muitas expectativas depositadas no novo monarca. Era preciso, dizia, que ele não fosse “um rei manequim”, e se adequasse “às necessidades dos nossos dias”, o que significava obedecer “às manifestações da opinião, ou de uma certa opinião, pelo menos”³⁰ – ou, na visão de Manuel Gustavo Bordalo Pinheiro, um boneco articulado a quem, nos bastidores, escondidos por detrás do manto real, os políticos do regime davam corda!³¹ Sucede que a sorte ou a força das circunstâncias não seriam benignas para o jovem rei. Em janeiro de 1890, o escândalo político do

²⁶ Sardica, 2012, p. 356.

²⁷ Ramos, 2006, p. 44-46.

²⁸ Martins, 1926, p. 98-99 e 116.

²⁹ Martins, 1926, p. 143.

³⁰ Sardica, 2012, p. 357.

³¹ Ver Ramalho, 2001, p. 56.

ultimato britânico (uma nota diplomática inglesa que ameaçava abrir guerra a Portugal se Lisboa não renunciasse às áreas interiores da África austral, entre Angola e Moçambique, cobiçadas por Londres), manchou o prestígio da monarquia e afetou irreversivelmente o curso do reinado – ao mesmo tempo que constituiu um momento-chave no reforço do jornalismo mais sensacionalista dirigido contra o rei e as instituições. Na imprensa, nos comícios, nos banquetes, nas conferências, nos abaixo-assinados, nas arruadas de estudantes e muito povo que se seguiram à capitulação diplomática perante a Inglaterra, o nome a figura de D. Carlos I eram os mais visados de toda a histeria patriótica que então explodiu³².

A gestão da opinião pública, das suas inclinações e furores incontrolláveis entrou assim na agenda do rei bem cedo, e como uma questão central do seu reinado. Enquanto nas ruas, em 1890-1891, os portugueses insultavam a velha aliada e o monarca “lacaio” que diante dela se “ajoelhara”, D. Carlos I e o Príncipe de Gales (o futuro Eduardo VII), debatiam desapassionadamente esse mesmo tema. O herdeiro inglês pedia a D. Carlos I que entendesse “que nós também temos de lidar com uma opinião pública que, apesar de melhor instruída, é igualmente exigente”. Em resposta, o monarca confidenciava que o que o afligia mais não era tanto a opinião pública das “ruas”, mas a da “gente de ordem, da gente séria” que, nos jornais, capitaneava a *vox populi*³³.

A educação de D. Carlos recomendava-lhe a obediência ao modelo constitucional de um rei moderado e moderador, árbitro à distância e último garante do equilíbrio das instituições. O problema é que não era para isso que os múltiplos desafios do Portugal de fim-de-século o empurravam, com muita gente a pedir-lhe que fosse “cesarista” e interventivo. Instruído pelo embate do ultimato, o rei gastou os anos seguintes a ensaiar caminhos e a desenvolver expedientes que lhe permitissem sintonizar a monarquia com a opinião. A reconsolidação do rotativismo a partir de 1893 (depois de algumas experiências extrapartidárias no biénio de aguda

³² Martins, 1926, p. 192.

³³ Ramos, 2006, p. 60 e 64-65.

crise de 1890-1892), devolveu estabilidade à monarquia, mas acirrou os ânimos das esquerdas monárquica e republicana (por vezes juntas e indistintas), em cujos jornais se ressuscitou o velho aviso-chantagem do radicalismo: “volte a coroa para junto do povo liberal, que continuará a ter em nós os estrénuos, leais e dedicados defensores que sempre fomos. Senão... não”³⁴. Às caricaturas de Rafael Bordalo Pinheiro satirizando o rei somaram-se, a partir da segunda metade da década de 1890, os desenhos de outros artistas tão ou mais mordazes em relação ao monarca – como Celso Hermínio ou Leal da Câmara³⁵. Nos jornais *O Micróbio* e *O Berro*, o primeiro oscilou entre a sátira política e um verdadeiro exercício de demolição moral e física de D. Carlos I. Em 1895, entrincheirado entre os seus ministros, um polícia e a rainha D. Amélia, o rei aparecia a um carrancudo e alheado Zé Povinho sobre a legenda “Mal com o Povo por causa dos políticos; mal com os políticos por causa do Povo; mal com a família por causa do Povo e dos políticos. O que se chama um soberano encravadíssimo”³⁶

³⁴ *Correio da Noite* (jornal do Partido Progressista), maio de 1904, cit. por Martins, 1926, p. 294.

³⁵ Costa, 1943, p. 234-235, e França, 1997, p. 222-225.

³⁶ *O Micróbio*, 24.1.1895.



Figura 4: O *Micróbio*, janeiro de 1895

Em 1896, D. Carlos I era um burguês obeso e disforme, inchado à dimensão de uma bola ou de um balão rolante³⁷.

³⁷ *O Berro*, 17.5.1896. A caricatura de D. Carlos I tinha por legenda versos de Guerra Junqueiro (da sua obra *Pátria*), de conteúdo vexante para o rei: "Uma boia de enxúndia, um zero folgazão, / Bispote português com toucinho alemão. / Sensualismo e patranha, indiferença e vaidade, / Gabarola balofo e glutão, sem vontade. / Às vezes moralista (acessos de moral / Que lhe passam jantando e não nos fazem mal), / Eis el-rei. Um egoísta obeso, alegre e loiro, / Unto já de concurso e medalha de oiro. / Termina a dinastia, e Deus que a fez tamanha, / Põe-lhe um ponto final de oito arrobas de banha... / *Laus Deo!*"

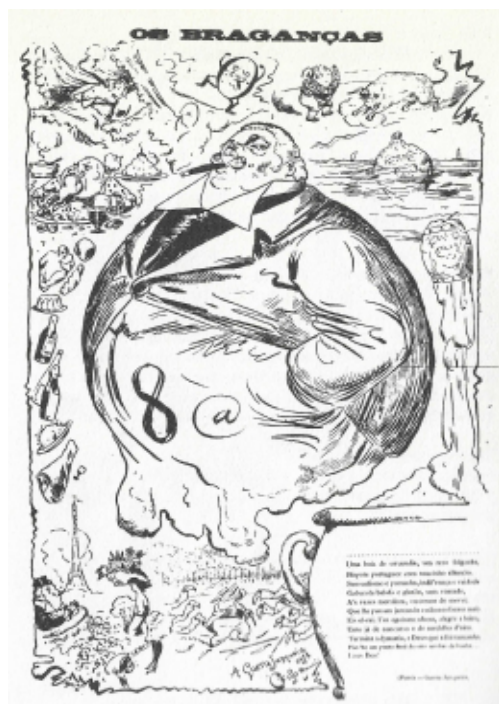


Figura 5: *O Berro*, maio de 1896

Quanto a *Leal da Câmara*, começou a zurrir o rei nas capas ilustradas *d'A Marselheza* e *d'A Corja*, em 1897 e 1898, retratando “o chefe do Estado em Portugal” como o maior pândego da dita “corja” (dos políticos)³⁸, antes de se fixar em Paris no princípio do século XX. Na capital francesa seguiu a moda de parodiar a figura régia, destacando-se pelos desenhos coloridos no seu famoso *Assiette au Beurre*, em 1904-1905, onde arredondava ainda mais o contorno físico de D. Carlos I, culminando na célebre estampa em que declarava o monarca “à point pour l’abbatoir” (“pronto para o matadouro”)³⁹.

³⁸ Ver Martins, 1926, p. 364 e 367, e Ramalho, 2001, p. 56 e 106.

³⁹ Ver Dias, 2007, p. 130, e Ramalho, 2001, p. 161.



Figura 6: *Assiette au Beurre* (Paris), 1905

Com o passar dos anos, o tom com que a imprensa se referia a D. Carlos I foi piorando. Fora dos limites do sistema monárquico, vociferava a violenta imprensa republicana, liderada pel' *O Mundo*, a que se juntaria *A Lucta* (em 1906), retratando-o como um inútil, supérfluo, corrupto, obeso, mulherengo, devasso e adúltero, metediço ou irresponsável, vendido à Inglaterra e só valentão em casa, e conluiado sempre com a camarilha política que roubava o povo. Se isto não chegasse – e sempre que isto não chegava – era ainda insultado como caçador ausente, mau pintor, oceanógrafo diletante e esbanjador que, sob a falsa capa de grande diplomata, se passeava à custa do erário público. Como Rocha Martins sintetizaria, com algum fundo de verdade, a imprensa era um mar de “acerbismo crítico, terrível para um povo que não sabia ler nem discernir”, cheia de “ironias, girândolas furibundas, satiricismos, sarcasmos e *charges*

sangrentas⁴⁰, muito regularmente dirigidas contra a figura do rei e contra a instituição monárquica que liderava o país.

4. O governo franquista (1906-1908): política e imprensa no caminho de confronto para o regicídio.

Entre a primavera de 1906 e o início de 1908, o franquismo – entendido como a experiência governativa chefiada por João Franco, em estreita ligação com D. Carlos I – condensou muitos dos desafios político-sociais que tinham atravessado, até então, o reinado do monarca português, exacerbando muitos dos aspetos que mais marcaram a relação régia com a imprensa e a opinião pública. A aposta em João Franco foi a tentativa, malograda, é certo, da “revolução feita a partir de cima” que há anos a “vida nova” reclamava⁴¹. Perante o esgotamento do rotativismo e o crescendo do republicanismo, procurando revitalizar a monarquia através de uma política progressista, reformista, de popularização do trono junto das novas camadas da opinião, da sociedade, da economia e do trabalho, D. Carlos I confiou tudo em João Franco, o mais conhecido e polémico dos dissidentes do Partido Regenerador.

Durante um ano, entre maio de 1906 e maio de 1907, o franquismo governou de forma liberal, ensaiando uma *masspolitik* de sedução de novas vozes, “caçando” (era o termo usado) no terreno da propaganda republicana, que por isso se radicalizou contra o presidente do governo. Se a sua “revolução a partir de cima” tivesse êxito, a “revolução a partir de baixo” por que lutavam os republicanos poderia ser adiada e, no limite, cooptada. Em consequência, apesar das expectativas e esperanças que inicialmente se reuniram em seu torno, o novo governo – de “concentração liberal” – suscitou também a animosidade imediata dos republicanos e de alguns rotativos (sobretudo regeneradores) que o rei acabara de dispensar, sem grande cerimónia. Referindo-se a Franco, Sampaio

⁴⁰ Martins, 1926, prefácio.

⁴¹ Ramos, 2006, p. 226, e Sardica, 2013b, p. 301-310.

Bruno era claro: “Ele que, para que a sua conduta condissesse com o seu programa, devia ser imposto pela rua ao Paço, foi pelo contrário imposto pelo Paço à rua”⁴². E João Chagas, a um tempo surpreendido e alarmado com a inovadora dinâmica franquista, que pretendia dar voz à opinião pública contra o velho elitismo rotativista, comentava nos jornais: “Sai das Necessidades, onde promete ao rei a restauração política, e vai a correr, galgar esbaforido as escadas do Centro Adriano Cavaleiro [um dos muitos centros eleitorais inaugurados por Franco], onde promete ao povo o apocalipse social. Dir-se-ia um homem bifronte. Não é um homem: são dois, um que está na ordem, outro que está na revolução”⁴³.

Obtida uma maioria eleitoral nas eleições parlamentares de agosto de 1906, e abertas as câmaras, Franco lançou-se num frenesim legislativo. A partir de novembro, o debate político incendiou-se com a promessa franquista de saldar a espinhosa questão dos adiantamentos (de dinheiros do erário público) à Casa Real, e com a proposta governamental para uma nova lei de imprensa, que pretendia chamar à responsabilização penal jornalistas e diretores de jornais que atentassem contra a tranquilidade da ordem pública. Na imprensa, as caricaturas sobre o assunto multiplicaram-se, tanto n’A *Paródia* como no *Suplemento Humorístico de O Século*⁴⁴. Em janeiro de 1907, um desenho mostrava “o que o chefe do governo chama governar com a opinião pública” – Franco, agarrado a um canhão e guardado por oficiais do exército⁴⁵.

⁴² Bruno, 1908, p. 28.

⁴³ Chagas, 1907, p. 12.

⁴⁴ Ver *O Século. Suplemento Humorístico*, 13.12.1906, 17.1.1907, e 21.2.1907, ou *A Paródia*, 22.12.1906.

⁴⁵ *A Paródia*, 12.1.1907.



Figura 7: *A Paródia*, janeiro de 1907

Ao longo dos primeiros meses do novo ano de 1907, a greve académica na Universidade de Coimbra, iniciada em março, a continuidade das polémicas em torno das tentativas governamentais de exercer controlo administrativo sobre a imprensa e uma sucessão de episódios de desordem pública violenta empurraram Franco para o pedido, feito ao rei, de concessão da dissolução parlamentar. Era o que Hintze Ribeiro solicitara a D. Carlos I um ano antes. E contrastando com a negativa dada ao líder regenerador, o rei deu-a ao governo de Franco que, desprovido já do apoio inicialmente prestado pelos progressistas de José Luciano de Castro, assim começou, a partir de meados de maio, a governar em "ditadura" – leia-se, sem parlamento obstrucionista. Com as reformas e o tempo, esperava o líder do governo (e o rei), seria possível agendar novas eleições que, dando-lhe uma maioria, estabelecessem o

seu Partido Regenerador-Liberal como um novo pilar de uma mecânica bipartidária renovada.

Porque os republicanos sempre perceberam que tinham em João Franco um adversário temível, ágil e hábil na sedução do voto popular, e porque os rotativos tradicionais ressentiram, enciumados, o favor régio em relação àquele *outsider* voluntarista, as campanhas de imprensa tornaram-se especialmente vociferantes contra a ditadura de João Franco. O proscrito do rotativismo, alçado ao poder, renunciara à sua face liberal, deixara cair a máscara e assumia-se como o rosto de um “absolutismo” redivivo, tão mais escandaloso quanto revelava a incoerência, a contradição e a hipocrisia franquistas: afinal, como lembrava João Chagas, não tinha Franco prometido manter “o império da liberdade, custasse o que custasse, doesse a quem doesse”?⁴⁶ No *Suplemento Humorístico* de *O Século*, sob o título “Riso Amarelo”, o jornalista comentava, desabrido: “Estamos, pois, no período do Quero, Posso e Mando. Mas só ele, o ditador. O resto do país, se quer, não pode, e se pode, não manda. Programas, juramentos, promessas, tudo foi para o barril do lixo”⁴⁷. N’*A Paródia*, o traço de Manuel Gustavo Bordalo Pinheiro pintava Franco, de chicote na mão, renegando a sua passada máscara de liberal e reificando um “Portugal absolutista”, ou como um naufrago “perdido” no mar onduloso da “opinião pública” que ele alienara de si⁴⁸

⁴⁶ Chagas, 1907, p. 152.

⁴⁷ *O Século. Suplemento Humorístico*, 16.5.1907.

⁴⁸ *A Paródia*, 18.5.1907 e 1.6.1907.



Figura 8: A *Paródia*, maio de 1907

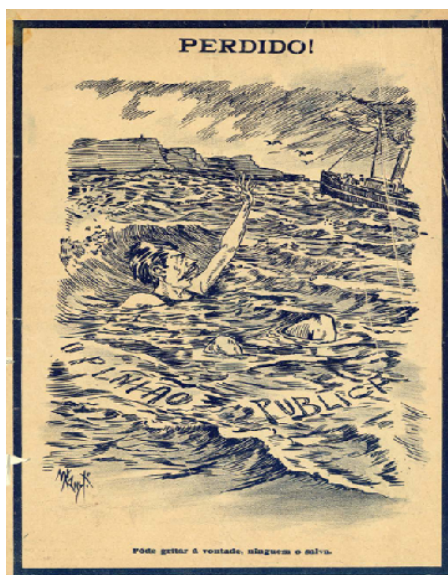


Figura 9: A *Paródia*, junho de 1907

Quando D. Carlos I se lhe entregou nos seus braços, fazendo dele o novo homem forte da política portuguesa, Franco tornou-se, por si mesmo e porque era o escudo atrás do qual se movia a monarquia portuguesa, o grande alvo a abater, nas páginas da imprensa mais mordaz e satírica, maioritariamente republicana. Dezenas e dezenas de ilustrações, em conjunto com páginas e páginas da mais insultuosa imprensa escrita, convergiram, sobretudo entre maio de 1907 e janeiro de 1908, para o denunciar, de início, amesquinhar, depois, e liquidar, finalmente⁴⁹. A campanha antifranquista atingiu o seu apogeu num célebre opúsculo do médico Artur Barbosa Leitão, reproduzido no jornal *O Mundo*, nos meados de junho. Com argumentos supostamente científicos, Leitão achava que o franquismo era “um caso de loucura epiléptica”, e recomendava “o internamento” e “a vigilância cuidadosa” de Franco, para que, “isolado”, não gerasse “danos individuais ou coletivos”. Pelo meio, o opúsculo avançava com a seguinte adjetivação (por ordem alfabética) sobre o visado: “ambicioso”, “anormal”, “autoritário”, “avarento”, “avariado”, “bandido”, “bisonho”, “cínico”, “degenerado”, “desequilibrado”, “fanfarrão”, “histérico”, “infame”, “ingrato”, “insensato”, “insolente”, “irascível”, “irrefletido”, “irresponsável”, “irritado”, “ladrão”, “louco”, “mediocre”, “medroso”, “megalómano”, “mentiroso”, “monstro”, “rancoroso”, “vaidoso”, “vilão”, “vingativo” e “violento” – em suma, “como uma arma carregada, pronta a explodir ao menor choque”⁵⁰.

Literariamente mais elaboradas, mas não menos insultuosas, eram as visões dadas pelos grandes escritores do republicanismo do tempo, como Sampaio Bruno, por exemplo, que em sucessivos artigos de jornal desqualificava o chefe do governo, traçando-lhe um retrato demolidor: “Esse lúgubre personagem denominada João Franco e os seus abomináveis

⁴⁹ Ver *fac-similes* em Teixeira, 2002, p. 78-85, e Freitas, 2002, p. 116-124. Nos termos de um seu amigo e admirador, o Pe. José de Sena Freitas, “o conselheiro do Alcaide [Franco] sofreu uma tremenda campanha de perseguição, tendente a derribá-lo do poder por todos os expedientes ardilosos, conjugados com a persistência do tempo, pois não foi momentânea, mas cada vez mais tenaz” (Freitas, 1909, p. 19).

⁵⁰ Ver Leitão, 1907, opúsculo publicado, com grande relevo gráfico, em *O Mundo*, 18.6.1907.

colaboradores não se distinguem só por uma perversidade insolente e inacreditável, mas assinalam-se ainda por uma estupidez prodigiosa, que deriva da mais imprudente ignorância, aliada a um cinismo orgulhoso e insensato [...] João Franco não era nada e era duas vezes nada, porque era nada moralmente, e isto é terrível, e era nada mentalmente, o que é irrisório, dada a sua inconsciente jactância [...] Ele mentiu, ele apostatou; ele enganou, ele caluniou; ele perjurou, ele traiu. Tal foi esse candidato a monstro⁵¹. E para um Portugal novo, que se queria mais informado e participativo, mesmo que o analfabetismo ainda fosse realidade estrutural condicionadora da opinião, os republicanos apostavam na caricatura, com destaque para as muitas representações de sátira e escárnio sobre João Franco que a pena e os jornais oposicionistas iam produzindo, semanal ou diariamente⁵².

Diversos jornais republicanos ou da esquerda progressista monárquica foram querelados ou suspensos por exibirem títulos garrafais que descreviam o franquismo como sinónimo de um “Portugal governado por assassinos”, uma “Tirania dos ladrões – Oprimir para roubar”, um “Regimen de terror” ou uma “Ditadura de sangue e de suborno”⁵³! E assim, dos mais de vinte anos de carreira política que ele teve – desde a década de 1880 até ao regicídio – aqueles escassos nove meses da ditadura franquista condensaram, no registo da época e na memória histórica posterior, a sua imagem mais negativa, tanto crítica da sua ação política quanto, inseparavelmente, demolidora da sua própria personalidade.

É verdade que ele não era uma figura muito simpática ou afável, que chamasse para seu redor o que hoje se designaria como uma boa imprensa. De resto, o universo jornalístico colocou-se em guerra aberta

⁵¹ Bruno, 1908, p. 242, 244 e 271.

⁵² Para além dos estudos, já citados, de Teixeira, 2002, e de Freitas, 2002, ver exemplos de caricaturas antifranquistas, sobretudo de 1907, em Rodrigues, 1979, p. 77-82. Segundo Eduardo Teixeira, “não houve nenhuma medida de João Franco à frente do governo que não tivesse sido objeto de caricatura [...] todas elas serviram de inspiração temática à pena e à verve de vários caricaturistas” (2002, p. 55-56).

⁵³ Ver *O Mundo*, 20 e 23.6.1907, ou o *Correio da Noite*, 20.6 e 4.7.1907. Para outras manchetes de 1.º página – *d’A Lucta*, *d’ O Paiz* ou *de O Século* – sempre muito críticas da governação franquista, ver Vieira, 1999, p. 185-200.

contra o executivo, muito em reação à lei aprovada a 20 de junho de 1907, que proibia todo qualquer escrito insultuoso e atentatório da ordem, conferindo aos governos-civis poderes para querelar e suspender periódicos por períodos arbitrariamente fixados. Na pena dos críticos, o mundo dos periódicos passara a ser uma barreira que o odiado presidente do governo queria suprimir, “ou “xuprimir”, como se dizia, ridicularizando o sotaque beirão de João Franco⁵⁴. E a governação franquista, crescentemente isolada e dependente de um arriscado favor régio, estava entregue ao “homem da bomba”, que fustigava os portugueses com “vinganças”, “ódios” e “represálias” que governava pelo apito, o bastão ou a espada, e que sepultara assim, sob lápide de pedra, a Carta Constitucional, o parlamento e as liberdades.⁵⁵



Figura 10: *Os Ridículos*, agosto de 1907

⁵⁴ Ver *O Século. Suplemento Humorístico*, 27.6 e 4.7.1907.

⁵⁵ Ver *Os Ridículos*, 21.8, 2 e 20.11.1907.



Figura 11: *Os Ridículos*, novembro de 1907

No dia de Natal de 1907, a 1.^a página d'*Os Ridículos* compunha o desenho de um Franco deitado numa cama, rodeado apenas de polícias façanhudos, tentando um "sono dos justos", na falsa esperança de que "o país" ainda estaria com ele.⁵⁶

⁵⁶ *Os Ridículos*, 25.12.1907.



Figura 12: *Os Ridículos*, dezembro de 1907

Para contrabalançar esta barragem de representações sensacionalistas e moralmente demolidoras, uma ou outra peça jornalística, movida pela genuína curiosidade em relação ao rosto então dominante da política portuguesa, ou porventura agenciada como manobra de contrapropaganda lisonjeadora, compôs-lhe um retrato mais afável e distendido, de um homem simples, sereno e refletido, afetivo com a família, asceta nos hábitos e culto nas leituras⁵⁷. Mas a maioria das notícias

⁵⁷ Ver a reportagem jornalística de Almeida, 1907.

do tempo referem-no, psicologicamente, como um indivíduo irascível, desconfiado, de humor incerto, dado a reações de impaciência e a acessos de fúria. Os que o admiravam viam nisto a marca de um virtuoso de vontade indómita, espírito enérgico e respeitabilidade impoluta⁵⁸; por contraste, os muitos que não gostavam dele retratavam-no como um desequilibrado, um impulsivo, rude nas maneiras e nos sentimentos⁵⁹.

Não só o humor da caricatura jornalística, mas também o teatro de revista e a literatura direcionaram os ataques contra João Franco, o seu perfil político, os seus tiques discursivos e o seu tipo físico e psicológico. A figura de Franco apareceu fugazmente na peça *P'rá Frente*, em 1906, e, já em 1907, n' *O Messias*, de Artur Arriegas, e no *Ó da Guarda!*, de Luís Galhardo e de Barbosa Júnior. Esta última peça subiu ao palco do Teatro do Príncipe Real, em Lisboa, e foi muito aplaudida nos meses da ditadura de Franco. O ditador aparecia em várias cenas da peça – fosse vestido de Nero e a tocar uma viola numa Lisboa a arder (!), fosse como Messias, cantando em palco com o seu conhecido sotaque beirão: “*Eu xá fui um ditador / Mas na época atual / Xou messias xalvador / Xou um grande liberal. Xou liberal, xou liberal, xou liberal, e xou casmurro / Xou liberal, xou liberal, xou liberal, mas como um burro*”⁶⁰. O estribilho tornou-se palavra de ordem da campanha de ridicularização e de demolição reputacional de Franco – mesmo que, em privado, o político tenha confessado divertir-se por o retratarem como Nero, confidenciando a amigos mais escandalizados com os ataques à sua figura que não pretendia querelar

⁵⁸ Já depois da queda política de João Franco, Sena Freitas declararia ver nele “um gladiador sem divisas militares”, “blindado de aço”, “rígido no viver como um cenobita”, dotado de “firmeza inabalável”, “inflexível tenacidade”, “invencível paciência” ou “fenomenal energia”, “austero e honrado”, “perfeitamente limpo de mãos na sua gestão política” – e por tudo isso “o bem e a prosperidade da pátria eram a sua orientação única e obstinada” (Freitas, 1909, p. 7-8, 10-11 e 16-17).

⁵⁹ Sirva de exemplo para apreciações deste teor negativo o retrato de Franco deixado por António Cabral, um dos próceres do Partido Progressista, recordando os últimos tempos e os “culpados” da queda da monarquia: “moralmente, juntava à mais descompassada ambição o mais desmarcado orgulho”; era “altivo, arrogante, desabrido e rude”; “absorvente e autoritário, sofria do delírio do mando” (Cabral, 1946, p. 39 e 42).

⁶⁰ Martins, 1926, p. 536. Ver também Teixeira, 2002, p. 67-69, e Freitas, 2002, p. 96.

peças de teatro como fazia com os jornais, “conquanto que não insultem o rei e não me chamem ladrão”⁶¹.

Na literatura, causou particular furor um romance intitulado *O Marquês da Bacalhoa*, da autoria de António de Albuquerque, publicado em Bruxelas e posto a circular em Lisboa no início de 1908. Sob a capa de uma ficção literária, com personagens inventados, o enredo era, na verdade, uma exposição escabrosa dos pecados e venalidades de D. Carlos I, da rainha D. Amélia e de João Franco, retratado, no livro, com os piores traços possíveis, na figura do conselheiro Nunes dos Santos. “O Nunes”, ali se podia ler, “não passava de um imbecil, um pouco mais audaz, mais casmurro e esperto do que os outros, mas igualmente mais ignorante e perverso. A sua principal característica era uma vaidade ilimitada, chegando o seu desequilíbrio vaidoso a ponto de julgar-se encarregado pela Providência duma missão Messiânica de regeneração e ordem [...] Uma grosseria nativa e uma avareza inqualificável tornavam-no antipático à maioria dos companheiros [...] Quanto ao físico do Nunes estava em justo paralelo com o moral. Cor biliosa, maxilas salientes, figura angulosa e dura, beiços carnudos de negro, cabelos ásperos e indomáveis, assim como a espessa bigodeira. Um todo vulgar, antipático pela grosseria das maneiras e pelo desagradável timbre de voz e pronúncia acentuada provinciana [...] Junte-se um tronco esguio e curvo, uma cabeça de degenerado, oblonga e chata, e daremos por completo o retrato do atual senhor de Portugal”⁶².

O “senhor de Portugal” era, no exercício da governação, o presidente do Conselho de Ministros. Por trás dele, contudo, outro “senhor” também foi muito visado na imprensa do tempo, não só por causa da aposta em Franco, mas sobretudo pelo lugar de primeira figura do Estado que ocupava – o rei D. Carlos I. Para ele, de facto, o governo franquista significou quase dois anos de renovada exposição pública, nas páginas dos jornais, nas ilustrações caricaturais ou na oratória dos comícios. Como o próprio monarca confidenciou ao príncipe Alberto do Mónaco em fevereiro de

61 Teixeira, 2002, p. 70.

62 Albuquerque, 1908, p. 28-29 e 34.

1907, a ação de apoio a Franco obrigava-o a “estar permanentemente na *passerelle*, não abandonando nunca o comando por um minuto que seja”⁶³. Visível como porventura nunca até ali, o poder régio alcançou, então, um equilíbrio arriscado: era preciso governar e, portanto, impor; mas era também necessário ouvir a opinião para corrigir a rota quando a ondulação política fosse maior. Sirvam de exemplo para estes dois caminhos dois episódios da governação franquista com íntima ligação ao pulsar da opinião pública em relação ao rei.

Em junho de 1907, D. Carlos I procurou moderar a impetuosidade de Franco, expressando-lhe reservas sobre a resolução, por decreto ditatorial, do escândalo dos adiantamentos à Casa Real – ou seja, dos dinheiros que o erário público despendia com a manutenção da Coroa e cuja gestão estava a colocar em xeque a honorabilidade da família real. Na interpretação do rei, os ânimos estavam demasiado exaltados para “lançarmos neste momento a questão”, em face das “facilidades de desvairamento da nossa opinião pública”⁶⁴. Apesar das reservas régias, contudo, Franco foi adiante e fez aprovar, a 30 de agosto, o decreto-lei que liquidava os adiantamentos à Casa Real, por incorporação na Fazenda Pública de alguns prédios propriedade da Coroa e do próprio iate real *Amélia* (cujo usufruto permaneceria um direito régio), e que, para evitar futuros embaraços financeiros aos Bragança, aumentava a lista civil – ou seja, a verba providenciada pelo Estado à Família Real para o seu sustento e despesas de representação – em 160 contos anuais. De nada valeu ao governo afançar que o decreto era medida transitória, a ratificar por votação parlamentar futura: uma maré de críticas choveu sobre Franco e sobre o rei, unindo-os como alvo político a abater. Como depois recordou o escritor Aquilino Ribeiro, “uma escandaleira destas ultrapassava os limites da pouca-vergonha nacional, que era imensurável”, e por isso o rei “deu conta, pela assuada que ia em crescendo, que o arraial ameaçava subvertê-lo”⁶⁵.

⁶³ Ramalho, 2001, p. 173.

⁶⁴ Sardica, 2013b, p. 305.

⁶⁵ Ribeiro, 1974, p. 222.

A 11 de novembro desse ano, quando o espírito público atingia o auge antifranquista, foi a vez de o próprio rei contribuir para avolumar os ódios do país ao governo e ao regime. Numa entrevista ao jornal francês *Le Temps*, e ao seu jornalista Joseph Galtier, elogiou o “carácter” de Franco e reiterou-lhe apoio e solidariedade. Fora necessário, dizia, pôr termo ao “*gâchis*” (a confusão) parlamentar; e, no tocante à ditadura, os partidos que mais gritavam contra ela também a haviam pedido e usado no passado. João Franco era “a vontade sem fraqueza” à altura daquela hora de crise, e o rei afirmava mesmo: “Estamos de acordo, plenamente de acordo. Trabalhamos juntos. Tem toda a minha confiança”⁶⁶. Alguns membros do Partido Regenerador-Liberal franquista acharam imprudente divulgar o teor da entrevista de D. Carlos I a Galtier; mas Franco não acedeu, congratulando-se, em público, com o respaldo régio assim reafirmado⁶⁷.

No primeiro caso, portanto – o dos adiantamentos à Casa Real – o rei considerava que era possível e aconselhável pactuar com o espírito público e mostrar prudência; no segundo caso – o da entrevista ao *Le Temps* – era urgente e necessário mostrar-lhe um pulso firme, arrostando com a barragem de críticas e insultos com que tão grande demonstração de empenho no odiado Franco foi recebida entre republicanos e também rotativos. A entrevista a Galtier teve um efeito de onda de choque incendiária até entre os monárquicos. N’ *O Popular*, de Júlio de Vilhena (recém-eleito chefe do Partido Regenerador, na sequência da morte de Hintze Ribeiro), vertia-se sobre o rei uma cólera despeitada. D. Carlos I, avaliaria depois o próprio Vilhena, expusera-se, politizara-se, revelando, em suma, que “não quer ser sagrado, nem inviolável, nem indiscutível”; por isso mesmo “é positivamente ele que, já fatigado de ficções ridículas, quer discutir e ser discutido”⁶⁸. Na barricada republicana, João Chagas dizia o mesmo: ao fazer sua a “tirania” governamental, o monarca deixara de ser “um rei constitucional” para se transformar apenas “num franquista

⁶⁶ Martins, 1926, p. 559-560.

⁶⁷ Cabral, 1946, p. 62, e Vilhena, 1916, p. 394-395.

⁶⁸ Vilhena, 1916, p. 397.

a mais”, assim se colocando “ao alcance de todas as pedradas” (sic)⁶⁹. Começava, pois, a ressoar como profecia verosímil uma declaração célebre de Júlio de Vilhena, publicada n’*O Popular* de 20 de outubro: “Isto termina fatalmente por um crime ou por uma revolução”⁷⁰.

D. Carlos I estava muitíssimo longe de ser um monarca com ressaibos de “absolutismo”. A campanha difamatória que os republicanos, acolitados, em 1907, pelos rotativos sobre ele projetou impede que se veja que a sua educação e atuação nunca saíram do campo constitucional liberal. A ditadura concedida a Franco era um recurso administrativo destinado a fazer avançar legislação e reformas que o obstrucionismo parlamentar vinha bloqueando. O expediente fazia parte das praxes do regime, e o rei sempre encarou o franquismo como um projeto de renovação das forças monárquicas, um instrumento para modernizar o sistema político, sintonizando-o com os novos setores da opinião pública. Nos primórdios do século XX, um tempo em que também em Portugal estavam a acelerar-se a urbanização, a democratização e a massificação, D. Carlos I quis ser um rei do povo, e com o povo: por isso se deixava ver e fotografar, publicitando os seus atos públicos, transitando pelas ruas, quase como um burguês normal, e procurando que a Família Real fosse, antes de tudo, um modelo de família liberal⁷¹. A imprensa internacional ajudava a popularizá-lo, prodigalizando-lhe páginas de boa propaganda, que os jornais portugueses por vezes reproduziam⁷². O problema, pelos finais de 1907, é que o país estava já demasiado tumultuado e republicanizado para que a governação determinada de Franco, em rutura com os rotativos e competindo com os republicanos, não levantasse a maré oposicionista contra o político e o rei – e não generalizasse a ideia de que a remoção de João Franco poderia, ou teria de implicar a remoção do monarca.

⁶⁹ Chagas, 1907, p. 57-58 e 61.

⁷⁰ Ver o editorial do jornal desse dia em Vilhena, 1916, p. 376-378.

⁷¹ Ver as fotografias e imagens do rei e da Família Real compiladas em Ramalho, 2001, Nobre, 2002, p. 76-155, ou Dias, 2007.

⁷² Para exemplo da cobertura internacional dispensada às importantes viagens de Estado de D. Carlos I ao estrangeiro, ver a capa do *Le Petit Journal*, de 27.11.1904, em Ramalho, 2001, p. 128.

Fustigado por uma imprensa mordaz, cujo sensacionalismo se vertia, quantas vezes, no mais desbragado insulto e na ameaça velada, D. Carlos I viveu as suas últimas semanas na mira dos jornalistas, dos caricaturistas e dos *opinion makers* de variada cor política. A linguagem que Artur Leitão usara para demolir Franco teve correspondência nas apreciações que Artur Estevão Alves empregou para ridicularizar e amesquinhar a figura do rei. O “real Bragança” era “um obeso paspalhão, colecionador de gravatas e pescador de besugos”; e do gozo, logo se chegava à ameaça: “Olha, rei, não era mau abandonares algumas das inúmeras regalias que disfrutas, porque talvez, se não o fizeres, te obriguem a abandoná-las. Medita. Vê o que resolves. O povo está cansado de te suportar [...] [e] é preferível ires viver no estrangeiro, como um rico burguês ou um grande pândego a teres o fim daquele rei de França que tu conheces e que tu, nos últimos tempos, tantas vezes tens ouvido citar”⁷³.

O que Júlio de Vilhena profetizara, e que ganhara raízes expectantes ou mobilizadoras no *bas-fond* mais radical e revolucionário do espírito público, chegou a 1 de fevereiro de 1908, quando D. Carlos I e o Príncipe Real, D. Luís Filipe, foram assassinados a tiro, no Terreiro do Paço, em Lisboa, por uma emboscada da Carbonária. Porque foi liberal até ao fim, portanto visível e acessível aos seus súbditos, que ele olhava como cidadãos, D. Carlos I nunca imaginou ser necessária uma escolta armada para o defender daquela opinião que ele se gabara de conhecer e de conseguir orientar. Mas o monarca e também João Franco subestimaram o poder de aríete demolidor que a imprensa montara contra eles no espaço público, criando, afinal, a atmosfera, o contexto, o alento (i)moral, a onda de raiva e reação que, numa conspiração nunca completamente esclarecida, fez avançar os regicidas. O sensacionalismo voyeurista e o sistemático assassinato de reputação com que a imprensa devassara e fustigara o monarca e o seu valido tinham, assim, motivado o crime. E por isso, nos dias que se seguiram ao 1 de fevereiro de 1908, o que

⁷³ Artur Estevão Alves, *A Dictadura em Portugal*, s.d. [1907], cit. por Freitas, 2002, p. 103. O rei francês referido era Luís XVI, que Afonso Costa evocara no parlamento, em novembro de 1906, aquando das primeiras discussões sobre os adiantamentos à Casa Real, lembrando que fora por escândalos daquele timbre que, em França, rolara a cabeça do monarca no patíbulo (ver Ribeiro, 1974, p. 221).

era afinal o divórcio entre o espírito público mais radical e os poderes monárquicos ficou expresso na generalidade da imprensa pelo facto de poucos jornais portugueses – ao contrário do que, chocada e condoída, fez muita imprensa internacional⁷⁴ – terem lamentado o sucedido, e de a maioria ter até optado por amnistiar, quando não celebrar, a memória dos regicidas, que a polícia matara *in loco* depois dos disparos fatais contra D. Carlos I e o seu herdeiro primogénito.

5. Conclusão: a campanha difamatória do franquismo e as “balas de papel” contra D. Carlos I.

Depois do regicídio de fevereiro de 1908, a nova monarquia do filho segundo do rei, D. Manuel II, que lhe sucedeu, apostou tudo na “acalmação”. Numa tentativa desesperada de conter e desarmar a esquerda republicana e a sua aguerrida e influente imprensa, o jovem monarca e a elite dos rotativos que regressou ao poder ofereceu Franco à execração pública, deixando cimentar a campanha difamatória de que o franquismo fora um desvario de um homem que arrastara o malogrado rei para a tragédia, e que tudo não deixaria de voltar à normalidade⁷⁵. Nem João Franco era isso, nem a normalidade voltou. Num país já amplamente republicanizado, o que chegou, e bem depressa, em 1910, foi o triunfo da República e a proscricção do regime monárquico

Seguiram-se os dezasseis anos do regime republicano (1910-1926), para cuja hagiografia Franco foi sempre um fator de legitimação pela negativa: ou seja, se nos seus últimos tempos a Monarquia já nada mais tinha para oferecer senão a sua capa franquista, então o 5 de outubro de 1910 fora, mais do que nunca, uma ação justificada como restauradora das mais saudáveis liberdades. A sua reabilitação só chegaria a partir do final

⁷⁴ Vejam-se, para exemplo, as imagens e capas do *Le Petit Journal* parisiense, com uma gravura ilustrada que recriava o momento do regicídio (16.2.1908), ou do *La Domenica del Corriere* milanês, com uma estampa da enlutada rainha D. Amélia e do seu filho segundo, tornado D. Manuel II após a morte do pai e do irmão (16-23.2.1908), reproduzidas em Ramalho, 2001, p. 175, e Dias, 2007, p. 142 e 148.

⁷⁵ Sardica, 2011, p. 89-97.

da Primeira República e na leitura posterior do Estado Novo, quando os outrora mártires regicidas se tornaram sicários maçônicos e o reformismo audaz de João Franco, a sua determinação e força, começaram a ser saudadas como uma tentativa patriótica e impoluta de arrancar o país à corrupção dos velhos partidos e ao revolucionarismo destrutivo da causa republicana⁷⁶.

Quanto a D. Carlos I, cujo começo do reinado coincidiu com a grave crise diplomática e política do ultimato, cedo compreendeu que ser rei, no Portugal da transição entre séculos, com as responsabilidades que a cultura política do liberalismo e a letra da Carta Constitucional lhe exigiam, e perante os múltiplos desafios que o país vivia, estava longe de ser fácil. Numa tal conjuntura, sendo o monarca o árbitro cimeiro e indispensável de todo o aparelho político-partidário, D. Carlos I foi uma das figuras mais expostas, mais escrutinadas e mais atacadas do seu tempo, pela militância de uma imprensa cada vez mais sensacionalista. Não é possível, aliás, compreender o seu reinado, a sua linha de ação política e o seu desfecho (o regicídio), sem reconhecer que, no estado de opinião pública então vigente em Portugal, a ele nunca lhe foi dada a hipótese de fazer como o seu pai, D. Luís I, ainda conseguira fazer: reinar, mas não governar, ou seja, não se envolver e pairar resguardado sobre instituições e pessoas, como um distante “mestre-de-cerimónias” do regime.

E é isso que permite situar e compreender muito do que a imprensa disse sobre o rei e a própria natureza da relação que o rei manteve com ela e com o espaço público, desde os tempos da educação como herdeiro real até à aposta final em João Franco. Esta, pelo risco que implicava e pelo azedume com que foi recebida nos mais diferentes quadrantes de uma opinião já politizada e tensa, colocou-o na linha da frente das “balas de papel” de uma imprensa muito crítica e aguerrida, sobretudo porque, a partir de meados de 1907, sem um largo partido que o sustentasse, Franco viveu com o rei e do rei, colando de tal maneira ao seu destino o do monarca que os ódios antigovernamentais facilmente transitaram da sua pessoa para a de D. Carlos I. E das “balas de papel” às balas reais,

76 Sardica, 2013b, p. 290-291 e 329-330.

que o fizeram tombar morto em 1908, o caminho revelou-se, afinal, fácil de trilhar, como desfecho sangrento de uma experiência de reformismo fracassada, no contexto de um país que se descobria frágil, indefeso e tumultuado no mundo incerto do início de novecentos.

Bibliografia

- ALBUQUERQUE, António de. O Marquês da Bacalhoa. Bruxelas: ed. do autor, 1908.
- ALMEIDA, Avelino de. O Sr. João Franco por dentro. *Ilustração Portuguesa*, Lisboa, n. 97, p. 841-848, 30 de dezembro de 1907.
- ALMEIDA, Fialho de. Saibam Quantos. *Cartas e Artigos Políticos*. Lisboa: Livraria Clássica (4.^a ed.), 1924.
- ARANHA, Pedro Venceslau de Brito. *Mouvement de la Presse Périodique en Portugal de 1894 à 1899*. Lisboa: Imprimerie Nationale, 1900.
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima. *A Monarquia Constitucional, 1807-1910*. Lisboa: Texto Editores, 2010.
- BRUNO, Sampaio. *A Ditadura. Subsídios morais para o seu juízo crítico*. Porto: Livraria Chardron, 1908.
- CABRAL, António. *Os Culpados da Queda da Monarquia*. Lisboa: Livraria Popular de Francisco Franco, 1946.
- CHAGAS, João. *João Franco, 1906-1907*. Lisboa: Tipografia do Anuário, 1907.
- CAYOLLA, Lourenço. *Revivendo o Passado*. Lisboa: Imprensa Limitada, 1929.
- COSTA, Júlio de Sousa. *Dom Carlos I (1863-1908). Factos Inéditos do Seu Tempo*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1943.
- DIAS, Marina Tavares. *D. Carlos I, Lisboa, 1908*. Lisboa: Quimera Editores, 2007.
- FRANÇA, José-Augusto. *Lisboa, 1898. Estudo de factos socioculturais*. Lisboa: Commissariado da Expo'98, 1997.
- FREITAS, Joana Gaspar de. *João Franco e os Intelectuais*. *Clio. Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, Lisboa, n. 7, p. 87-124, 2002.
- FREITAS, Pe. José de Sena. *Psicologia Política do Conselheiro João Franco*. Lisboa: Imprensa Lucas, 1909.
- LEITÃO, Artur Barbosa. *Um caso de loucura epiléptica*. Lisboa: s/e, 1907.

- MARTINS, Francisco da Rocha. D. Carlos I. História do Seu Reinado. Lisboa: Oficinas «A B C», 1926.
- NOBRE, Eduardo. Família Real. Álbum de Fotografias. Lisboa: Quimera Editores, 2002.
- PINTO, António Costa; ALMEIDA, Pedro Tavares de. On liberalism and the emergence of civil society in Portugal. In: BERMEIO, Nancy; NORD, Philip (eds.). *Civil Society before Democracy. Lessons from Nineteenth-Century Europe*. Boston: Rowman & Littlefield Publishers Inc., 2000, p. 3-21.
- RAMALHO, Margarida Magalhães. Rei D. Carlos I. Lisboa: Círculo de Leitores (Col. Fotobiografias do Século XX), 2001.
- RAMOS, Rui. A Segunda Fundação, 1890-1926. Lisboa: Editorial Estampa, 2001.
- RAMOS, Rui. Os intelectuais no Estado Liberal (segunda metade do século XIX). In: VIEIRA, Benedita Duque (org.). *Grupos sociais e estratificação social em Portugal no século XIX*. Lisboa: CEHCP-ISCTE, 2004, p. 107-133.
- RAMOS, Rui. D. Carlos I, 1863-1908. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.
- RIBEIRO, Aquilino. Um Escritor Confessa-se. Memórias. Amadora: Livraria Bertrand, 1974.
- RODRIGUES, Paulo Madeira. Tesouros da Caricatura Portuguesa (1856-1928). A política portuguesa através da sátira ilustrada. Lisboa: Círculo de Leitores, 1979.
- SARDICA, José Miguel. Da Monarquia à República. Pequena História Política, Social e Militar. Lisboa: Alêtheia Editores, 2011.
- SARDICA, José Miguel. O poder visível: D. Carlos I, a imprensa e a opinião pública no final da monarquia constitucional. *Análise Social*, Lisboa, n. 203, Vol. XLVII (2.º), p. 344-368, 2012.
- SARDICA, José Miguel. Imprensa e opinião pública na época de Hintze Ribeiro. In: SARDICA, José Miguel. *Portugal Contemporâneo. Estudos de História*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2013a, p. 185-203.
- SARDICA, José Miguel. O franquismo e o regicídio entre a 'Vida Velha' e a 'Vida Nova'. In: SARDICA, José Miguel. *Portugal Contemporâneo. Estudos de História*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2013b, p. 289-332.
- SOUSA, Osvaldo Macedo de. História da Arte da Caricatura de Imprensa em Portugal (Vol. I, Na Monarquia, 1847-1910). Lisboa: Humorgrafe / Secretaria de Estado das Comunicações Sociais, 1998.
- TEIXEIRA, Eduardo Alberto dos Santos. João Franco na sátira política. *Clio. Revista*

do Centro de História da Universidade de Lisboa, Lisboa, n. 7, p. 47-85, 2002.

TENGARRINHA, José. História da Imprensa Periódica Portuguesa. Lisboa: Ed. Caminho (2.^a ed.), 1989.

VARGUES, Isabel Nobre. A afirmação da profissão de jornalista em Portugal: um poder entre poderes? Revista de História das Ideias, Coimbra, n. 24, p. 157-175, 2003.

VIEIRA, Joaquim. Portugal. Século XX. Crónica em Imagens (Volume 1, 1900-1910). Lisboa: Círculo de Leitores, 1999.

VILHENA, Júlio de. Antes da República. Notas Autobiográficas. Coimbra: França & Arménio Editores, 1916.

Disponibilidade de dados

Os dados e demais informações obtidas para o presente estudo estão no próprio texto